

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17

PROCESSO Nº 44/2024

LICITAÇÃO NO SISTEMA Nº 28/2024

REGISTRO DE PREÇO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de disputa: aberto e fechado

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CENTRO SUL**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 07.926.117/0001-40, com sede em Camaquã/RS, na Rua Coronel Boaventura Soares, n.º 89 — Vila Nova, entidade formada pela associação dos Municípios da região Centro-Sul do Estado do Rio Grande do Sul, organizada com base na Lei n.º 11.107, de 6 de abril de 2005, por meio de seu Presidente, no exercício das atribuições conferidas pelo Contrato de Constituição e respectivo Estatuto Social, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 17/2024, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, para **REGISTRO DE PREÇO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA**, nos termos das especificações contidas nos Anexos do presente Edital, e ocorrerá através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, regido pela Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, e conforme as condições estabelecidas a seguir.

1 LOCAL DATA E HORA

1.1 A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br no dia **12 de fevereiro de 2025**, com início às 09h00min, horário de Brasília — DF.

1.2 Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas por meio do site acima citado, até às 08h00min da data da sessão.

1.3 No caso de decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

1.4 O Edital poderá ser obtido na sede do Consórcio, localizada na Rua Coronel Boaventura Soares, 89 — Vila Nova, Camaquã — RS, no horário das 09h00 às 14h00, ou através dos sites www.consorciocentrosul.com e www.portaldecompraspublicas.com.br Informações adicionais podem ser solicitadas pelo e-mail: licitacao@consorciocentrosul.com.

1.5 Os pedidos de esclarecimento e impugnações devem ser formalizados **EXCLUSIVAMENTE** através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2 DO OBJETO

2.1 O objeto da presente Licitação é o **REGISTRO DE PREÇO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA**, cujas descrições, especificações e estimativas de itens estão detalhadas no ANEXO I DESTE EDITAL.

2.2 Participam deste Processo Licitatório parte dos municípios integrantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CENTRO-SUL — CI CENTRO-SUL, a saber: **Amaral Ferrador, Arambaré, Barra do Ribeiro, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Chuvisca, Consórcio.cs, Cristal, Dom Feliciano, Guaíba, São Lourenço do Sul, Sentinela do Sul e Tapes.**

2.3 O rol de municípios apresentado na cláusula 2.2 representa a solicitação inicial para a participação no certame, não sendo um rol taxativo, haja vista que, na vigência do processo licitatório, caso surja a necessidade, outros municípios consorciados poderão ser inseridos à ata de registro de preços. A inserção em nenhuma hipótese poderá resultar em alteração no valor total da licitação.

2.4 Este Pregão visa selecionar as propostas mais vantajosas para os Municípios mencionados no item anterior, bem como para quaisquer outros municípios que venham a integrar o consórcio, mediante contrato a ser celebrado com os licitantes vencedores, em conformidade com o artigo 34 da Lei n.º 14.133/2021, e observando as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1 A validade da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua homologação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante acordo das partes e desde que comprovado o interesse público e a vantajosidade do preço.

4 PARTICIPAÇÃO

4.1 O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade **LICITATÓRIA PREGÃO**, em sua **FORMA ELETRÔNICA**.

4.2 Para tanto as empresas interessadas deverão se inscrever para participação. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

4.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão, ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras Públicas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1 Poderão participar deste Pregão, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.5.2 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6 Condições de Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

a) Apresentar toda a documentação solicitada mesmo com restrição para obter os benefícios da Lei Complementar n° 123/06 de 14 de dezembro de 2006.

b) Havendo alguma restrição na documentação, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da declaração do proponente vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

c) A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do Artigo 43 da Lei Complementar 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5 DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

5.1 É vedada a participação de:

- a) Empresas declaradas inidôneas por ato de qualquer autoridade competente para tanto;
- b) Empresas sob processo de falência ou concordata;
- c) Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal dos Consorciados;
- d) Empresas que não tenham cumprido os contratos celebrados com este consórcio em certames licitatórios anteriores, após o devido processo administrativo específico para este fim;
- e) Empresas consorciadas.

6 CREDENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO

6.1 O pregão eletrônico será realizado utilizando recursos de tecnologia da informação, com um sistema eletrônico que permita a submissão de lances pelos proponentes, com visibilidade total para o pregoeiro e transparência dos resultados para a sociedade através da Internet.

6.2 A realização do procedimento estará a cargo da Administração, do Pregoeiro designado, e da Administradora do Pregão Eletrônico do Portal de Compras Públicas, provedor do sistema de compras eletrônicas, através da Rede de Internet.

6.3 O credenciamento da proponente no sistema eletrônico é responsabilidade da própria proponente ou de seu representante legal, implicando na sua plena capacidade técnica para realizar as transações no pregão eletrônico.

6.4 Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.5 O fornecedor é responsável por acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão. A não observância de mensagens emitidas pelo pregoeiro e/ou pelo sistema, ou qualquer desconexão, será de responsabilidade do fornecedor, que arcará com as consequências de eventuais perdas de negócios.

7 DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 O recebimento das propostas eletrônicas será exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora aqui estabelecidos, quando então, se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas. O horário de recebimento será a partir de 13h00min (horário de Brasília) do dia **30 de janeiro**, até às 08h00min (horário de Brasília) do dia **12 de fevereiro**.

7.2 Ao submeter sua proposta inicial, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição e a unidade de fornecimento do objeto constante no **ANEXO I deste edital**.

7.3 No campo "**MARCA**" da proposta eletrônica, deverá ser especificada uma única marca para cada item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo "diversas", "marcas diversas", ou quaisquer outras.

7.4 No campo “**FABRICANTE**” da proposta eletrônica, deverá ser especificado um único fabricante para cada item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo “diversos”, “fabricantes diversos”, ou quaisquer outras.

7.5 No campo “**DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM**” da proposta eletrônica, deverão ser incluídas somente informações que complementem a especificação do produto.

7.6 As propostas de preços deverão estar no formato PDF.

7.7 Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) Preço unitário do item licitado, em moeda corrente nacional, em algarismo arábico, com até quatro casas decimais e preço total do item também com quatro casas decimais.

b) Marca e/ou Fabricante e demais especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante exigências editalícias;

c) **Inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, tributos, obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos e indiretos.**

d) Prazo de validade da proposta de no mínimo **90 dias**, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico.

7.8 O n.º do CNPJ deverá ser o mesmo para participação na licitação e emissão do documento fiscal (Nota Fiscal ou Fatura) para efeitos de cobrança.

7.9 Os licitantes que pretendam usufruir do tratamento diferenciado e favorecido, instituído pela Lei Complementar n.º 123/2006, deverão declarar, em campo próprio do sistema eletrônico que cumprem os requisitos legais para enquadramento ou qualificação como Microempresa — ME ou Empresa de Pequeno Porte — EPP, conforme artigo 3º, e que não se encontram alcançadas por qualquer das hipóteses previstas no § 4º, do mesmo artigo da referida Lei Complementar.

7.10 A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta ou a sua qualificação como ME ou EPP, sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação mencionada neste Edital e nas demais normas pertinentes à matéria.

7.11 A proposta do licitante melhor classificado será disponibilizada para avaliação do Pregoeiro e para acesso público somente após o encerramento da sessão pública de lances.

7.12 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.13 Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;

b) forem omissas em pontos essenciais;

c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas, ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis;

d) quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.14 O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.15 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

- 7.16** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro.
- 7.17** Somente as propostas classificadas pelo Pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.
- 7.18** O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.
- 7.19** No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, prevalecerão os valores obtidos na etapa de propostas.
- 7.20** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema. Após o início da sessão pública do Pregão Eletrônico não caberá desistência da proposta e/ou do lance ofertado.

8 DA ABERTURA E DOS PROCEDIMENTOS DA SESSÃO

- 8.1** O Pregoeiro via sistema eletrônico, dará início a Sessão Pública, na data e horário previsto neste Edital, com divulgação da melhor proposta para cada item.
- 8.2** Aberta a etapa competitiva (sessão pública de lances), o licitante poderá oferecer lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
- 8.3** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.4** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.
- 8.5** Se algum licitante ofertar equivocadamente um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas), este deverá solicitar seu cancelamento pelo Pregoeiro, que o fará através do sistema.
- 8.6** Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, o licitante será informado em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.
- 8.7** A etapa de lances da Sessão Pública será no **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**, conforme previsto no preâmbulo deste edital.
- 8.8** A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.
- 8.9** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 8.10** Encerrado o prazo de que trata o subitem anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.11** Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 8.12** Encerrados os prazos estabelecidos em edital, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

- 8.13** Na ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.14** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.
- 8.15** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.16** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após a comunicação do fato aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17** Após a etapa de envio de lances, QUANDO FOR O CASO, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 1º do artigo 60 da lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 8.18** Encerrada a sessão de lances, o sistema verificará a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar n.º 123/06, sendo assegurada, QUANDO FOR O CASO, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte.
- 8.19** Entende-se como empate ficto, as situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, empresa de pequeno porte sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- 8.20** Ocorrendo o empate ficto, na forma do item anterior, a microempresa, empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta inferior àquela considerada até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- 8.21** Se a microempresa, empresa de pequeno porte convocada não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte remanescentes, a apresentação de nova proposta no prazo previsto no item anterior.
- 8.22** Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte satisfizer as exigências, será declarado o melhor classificado do item o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.
- 8.23** Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 8.24** Após a etapa de lances, o Pregoeiro, via sistema eletrônico, divulgará o(s) licitante(s) melhores classificados, utilizando o critério de menor preço por item.
- 8.25** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e declarado o(s) vencedor(es), o Pregoeiro promoverá, pelo sistema eletrônico, negociação com o licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.
- 8.26** O licitante que receber solicitação de negociação deverá responder dentro do prazo estipulado na sessão pelo Pregoeiro.
- 8.27** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.28** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para aquisição do objeto e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.

8.29 O pregoeiro solicitará ao(s) licitante(s) melhor(es) classificado(s) que no período de vinte e quatro horas contadas da solicitação do Pregoeiro no sistema respeitando dias úteis, envie sua proposta readequada ao último lance ofertado, bem como os documentos de habilitação que deverão ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema, durante o período de negociação que ocorrerá ao final da fase de lances e após declarados os arrematantes, observando o item 10 deste edital.

8.30 A proposta de preços atualizada e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** deverão estar no formato PDF.

8.31 O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.32 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.33 Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.34 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.35 O Pregoeiro poderá suspender ou reabrir a sessão pública a qualquer momento, justificadamente.

8.36 O sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas disponibilizará as Atas e Relatórios, que poderão ser visualizados e impressos pelos interessados.

8.37 Não havendo expediente no Consórcio, na data marcada, a sessão será realizada no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local;

9 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS APÓS ENCERRAMENTO DA DISPUTA

9.1 A classificação das propostas válidas será feita pelo critério do menor preço por item; será considerada vencedora, na fase de lances, a proposta de menor preço por item respectivo, efetuando-se o registro dos lances dos demais proponentes, por ordem de classificação.

9.2 Havendo discrepância entre a soma dos valores unitários e o preço global para o item, prevalecerá o valor unitário.

9.3 Entendendo o Pregoeiro que o valor do fechamento do item não cobre os custos de fornecimento do objeto da licitação, promoverá diligência para examinar se a proposta é viável.

9.4 Na hipótese supra (item 9.3.), será dada oportunidade ao licitante para, no prazo de 2(dois) dias, comprovar a vantagem econômica da transação, sob pena de desclassificação da proposta. Em caso de desclassificação de proposta, o Pregoeiro procederá ao exame daquela com classificação imediata para se for o caso, proclamá-la vencedora na fase de lances.

9.5 A proposta deverá estar devidamente assinada pelo titular ou procurador da empresa, desde que anexada, neste último caso, a respectiva procuração, com poderes específicos.

9.6 Após a análise das propostas de preço e dos documentos de habilitação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor de cada item, abrindo prazo para eventuais recursos.

10 DA HABILITAÇÃO DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

10.1 A comprovação da habilitação do licitante vencedor será efetuada mediante apresentação dos documentos adiante especificados, documentação essa deverá possuir Número/Código de Controle para sua autenticação.

10.2 DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cédula de identidade do representante da licitante.

b) Registro Comercial, no caso de empresa individual.

c) Ato constitutivo — estatuto social, contrato social ou a sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na Junta Comercial — e no caso de sociedades por ações, estatuto social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados.

10.3 DOCUMENTOS DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta da Secretária da Receita Federal do Brasil RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional-PGFN, conforme Portaria MF n.º358/14 e Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º1.751/14).

c) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual da Jurisdição Fiscal do estabelecimento licitante.

d) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Municipal da Jurisdição Fiscal do estabelecimento licitante.

e) Certidões que comprovem a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.4 DOCUMENTOS PARA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

b) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão do proponente para o fornecimento deste objeto em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente. No atestado deve constar também se foram cumpridos os prazos de execução, e a qualidade do mesmo, sem fatos que desabonem sua conduta, além de estar assinado e datado.

10.5 Não tendo a empresa classificada como vencedora do certame apresentado à documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada a penalidade prevista na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, observada as mesmas condições propostas pela vencedora.

10.6 A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

10.7 DOCUMENTOS PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo foro competente da sede da empresa.

10.8 OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

- a) Formulário com os dados da empresa (Anexo II);
- b) Declaração, sob as penas da lei, de que está cumprimento do disposto do inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal (Anexo III);
- c) Certidão Simplificada atualizada da Junta Comercial ou certificado do simples nacional que comprove o enquadramento como ME/EPP, se for o caso.
- d) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, que não se tornou vencedor de processos que ultrapassem o faturamento em qual a empresa se enquadra, observado o disposto do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.(Anexo IV)

11 DA EVENTUAL IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 11.1** As impugnações ao presente Edital, ato convocatório do pregão, devem ser recebidas até três (3) dias úteis anteriores à data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.
- 11.2** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a Impugnação, no prazo de quarenta e oito (48) horas.
- 11.3** Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será ele convalidado de acordo com a lei, designando-se nova data, compatível com o ato de convalidação, para a realização do certame.

12 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1** Caberá recurso nos casos previstos na legislação pertinente, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.
- 12.2** A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante quer sejam revistos pelo Pregoeiro.
- 12.3** O licitante que manifestar a intenção de recurso e sendo a mesma aceita pelo Pregoeiro, disporá ele do prazo de três (3) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, que ficarão desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.
- 12.4** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e na possibilidade de adjudicação do objeto ao licitante vencedor.
- 12.5** O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 12.6** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.7** Não serão conhecidos os recursos **intempestivos**, bem como os encaminhados **por e-mail, fax, correios ou entregues pessoalmente.**
- 12.8** Decairá do direito de impugnar administrativamente o procedimento licitatório o licitante que, aceitando-o sem objeção, venha, depois do julgamento, apontar-lhe falhas ou irregularidades, hipótese em que qualquer impugnação não será recebida como recurso.

12.9 A hipótese do item anterior (12.8) não afasta o poder-dever do Consórcio de revisar seus próprios atos, se eivados de vícios que os tornem ilegais.

12.10 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

13 DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

13.1 Havendo renúncia expressa do direito de recorrer do julgamento das propostas, decorrido o prazo de recurso sem interposição ou julgados os recursos interpostos, o Pregoeiro submeterá o resultado do Pregão à autoridade competente para sua adjudicação e homologação.

13.2 Adjudicado regularmente o resultado do certame, a autoridade competente homologará formalmente o objeto da licitação (registro dos preços) aos licitantes vencedores.

13.3 Procedida à homologação, a autoridade competente do Consórcio enviará aos Municípios integrantes do processo o resultado da licitação e a cópia do ato ou atos de homologação, com vistas à posterior celebração dos contratos.

14 RESPONSABILIDADES DO LICITANTE VENCEDOR

14.1 Entregar o objeto licitado, conforme especificações deste Edital e Anexos, em consonância com o resultado do registro de preços;

14.2 Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.3 Providenciar a imediata correção dos defeitos ou irregularidades apuradas pelos Municípios contratantes e pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CENTRO-SUL;

14.4 Arcar com eventuais prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros por ocasião da entrega dos produtos, objeto do registro de preços;

14.5 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos e supressões até o limite legal;

14.6 Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão exclusivamente por sua conta.

15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS — ARP

15.1 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021.

15.2 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.3 A Ata de Registro de Preços será encaminhada para a(s) vencedora(s) via endereço de e-mail, informado na Proposta de Preços, e deverá ser assinada pelo responsável legal, preferencialmente por meio de ASSINATURA DIGITAL,

baseada em certificação digital prevista na Infraestruturas de Chaves Públicas Brasileiras — ICP Brasil, criada pela medida provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

15.4 Após assinada de forma digital, o licitante deverá enviar a ARP ao Consórcio Centro-Sul por meio do e-mail licitacao@consorciocentrosul.com em no máximo 3 (três) dias úteis a partir do recebimento da mesma.

15.5 Caso o representante legal não possua certificação digital, o mesmo deverá imprimir a ARP em 02 (duas) vias, assinar e enviar as mesmas através dos correios, transportadora ou entregar pessoalmente na sede do Consórcio Intermunicipal Centro Sul em Camaquã-RS, em no máximo 03 (três) dias úteis a partir do recebimento da mesma.

15.6 O prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.7 Em caso de o licitante vencedor não assinar a ARP, é facultado à administração, dentro do prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas ao primeiro colocado, inclusive quanto ao preço atualizado, ou revogar o item específico ou, o Registro de Preços.

15.8 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir da data de homologação, podendo ser prorrogada com a anuência de ambas partes e conforme o tempo e os critérios prevista na lei 14.133/2021.

15.9 Decorridos 90 (noventa) dias da data da entrega das propostas, sem que o Consórcio tenha encaminhado a Ata de Registro de Preços para assinatura, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

15.10 A existência de preços registrados não obriga aos municípios integrantes do Consórcio e nem o Consórcio Intermunicipal Centro Sul a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

16 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DA DETENTORA

16.1 A Detentora dos Preços Registrados terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços — ARP;
- b) não aceitar a Nota de Empenho, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior ao praticado no mercado;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput d art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.

16.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” do subitem anterior, será formalizado por despacho expedido pelo contraditório e a ampla defesa.

16.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor.

17 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

17.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

17.2 Em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

17.4 Na hipótese de previsão no edital, ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.5 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

17.6 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

18 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

18.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

18.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

18.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

18.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

18.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

18.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

18.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

18.8 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

18.9 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

18.10 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

18.11 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

18.12 Os pedidos de reequilíbrios ou cancelamentos de itens da ata de registro de preços não serão aceitos por e-mail e deverão ser protocolados com os documentos necessários no site www.consorciocentrosul.com na opção **SERVIÇOS EM DESTAQUE > PROTOCOLOS**.

19 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto n.º 11.462, de 2023;
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021.

19.2 a hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

19.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 20 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

19.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

19.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto n.º 11.462, de 2023.

20 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 DAS PENALIDADES

20.2 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

20.3 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

20.4 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto n.º 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto n.º 11.462, de 2023).

20.5 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências que ensejam a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor, conforme destaca que comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- a) Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- b) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- c) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- e) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) Apresentar declaração ou documentação falsa;
- g) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

20.6 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.7 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.8 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

20.9 Para fins de percentuais de multa constituído neste instrumento contratual que institui este consórcio as seguintes penalidades:

- b) Multa de 0,05% (cinco centésimo por cento) do valor da nota de empenho por dia de atraso injustificado, observando o prazo máximo de 10 dias úteis;

c) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;

21 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

21.1 Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.1.1 PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22 DA CONTRATAÇÃO

22.1 A contratação com os fornecedores registrados pelo Consórcio poderá ocorrer por intermédio de emissão de Nota de Empenho e Ordem de Compra ou formalização de Contrato;

22.1.1 TODAS AS DESPESAS RELACIONADAS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CORRERÃO POR CONTA DO FORNECEDOR.

22.2 AS COMPRAS DE ITENS SERÃO REQUISITADAS PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PELO SISTEMA SICOMM DISPONIBILIZADO PELO CONSÓRCIO, HAJA VISTA A IMPRESCINDIBILIDADE DE CONTROLE INTERNO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CENTRO-SUL, O QUAL IRÁ GERAR UMA ORDEM DE COMPRA.

22.3 As empresas somente deverão aceitar os pedidos empenhados, os quais forem emitidos através da Ordem de Compra gerada pelo sistema SICOMM do CI Centro-Sul.

23 DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS

23.1 A inexecução e a rescisão dos contratos celebrados entre os Municípios, Consórcio Intermunicipal Centro Sul e os licitantes vencedores serão vinculadas a proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

23.2 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art. 137 da Lei n.º. 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos. 138 e 139 da mesma Lei.

24 DA ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO (FORMA, CONDIÇÕES, PRAZO E LOCAL)

24.1 A empresa, ao participar do pregão eletrônico na modalidade de Ata de Registro de Preços, **NÃO PODERÁ ESTABELECEER QUANTIDADE MÍNIMA DE ITENS** para a efetivação da entrega ao Município, na observância deste estabelecimento, no momento da proposta ou em qualquer momento do processo a empresa terá o item cancelado.

24.2 A empresa deverá atender às solicitações de entrega que venham a ser formuladas pelo Município durante a vigência da Ata, sendo estas, inclusive, oriundas de outros Municípios que venham a ser inseridos na Ata de Registro de Preços durante a vigência da ata.

24.3 A efetivação das compras dos itens constantes do Registro de Preços, junto às empresas fornecedoras, será feita de acordo com as necessidades dos Municípios consorciados integrantes do Pregão, observado o período de validade do Registro.

24.4 As empresas somente deverão aceitar os pedidos empenhados, os quais forem emitidos através do sistema do Consórcio Intermunicipal Centro-Sul, os produtos adquiridos pelos Municípios deverão ser entregues em local, dias e horários estabelecidos na Ordem de Compra, considerado inicialmente que deverá ser feito no perímetro urbano da cidade podendo somente a contratante modificar o local aqui estabelecido.

24.5 A entrega deverá acontecer nos horários de funcionamento conforme definido pelo município de entrega devendo a empresa comunicar-se previamente com o fiscal do contrato, para que este acompanhe a entrega, a empresa ficará responsável de fornecer todos os maquinários e mão de obra necessárias para o descarregamento do material, inclusive para reposição de mercadoria faltante no caso de possíveis faltas, avarias, extravios ou irregularidades durante o transporte/entrega.

24.6 **O prazo de entrega dos produtos licitados será, no máximo, de quinze (15) dias corridos**, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que, devidamente justificado pela licitante vencedora, o prazo iniciará sua contagem a partir **do recebimento, pelo licitante da Ordem de Compra expedida pelo Município Requisitante.**

24.7 A empresa que efetuar a entrega terá o encargo de aguardar a verificação da integridade dos itens recebidos pelo município, todavia a verificação inicial e provisória não isenta ulterior identificação de avarias.

24.8 O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

24.9 Somente serão aceitos os produtos que, por ocasião de sua entrega, apresentarem, no mínimo, 12 (doze) meses de prazo de validade.

24.10 A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

24.11 O recebimento do produto será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal e demais documentos, para pagamento, está condicionado ao atendimento das exigências contidas neste Edital e se fará no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

24.12 Na hipótese de não cumprimento das exigências deste Edital, o fornecedor/contratado será notificado a retirar o produto do local de entrega, substituindo-o por outro que atenda integralmente as especificações constantes deste Instrumento, sem qualquer ônus para o Contratante.

24.13 Em caso de devolução de produtos, por descumprimento das especificações exigidas, o fornecedor/contratado deverá promover a sua substituição, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

25 DO PAGAMENTO

25.1 O pagamento do objeto do Contrato pelo Contratante será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, contados da formalização do recebimento definitivo dos produtos pelo Município Contratante, efetuada a necessária e prévia liquidação da despesa. Sua implementação se fará mediante Crédito em Conta Corrente Bancária, indicada pelo fornecedor.

25.2 No caso de entrega fracionada o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a conclusão da entrega total dos itens constantes na Ordem de Compra.

25.3 A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

25.4 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

25.5 O CNPJ da Contratada constante da Nota Fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

25.6 Não será efetuado qualquer pagamento ao fornecedor/Contratado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira decorrente de penalidade administrativa ou inadimplemento contratual.

25.7 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será susado, até que o Contratado adote as medidas saneadoras necessárias, sendo automaticamente alteradas as datas dos vencimentos, sem qualquer ônus para o Município Contratante.

26 DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 É facultado, ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta;

26.2 A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão Eletrônico, sujeitando-se, o licitante, às sanções previstas na **LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**.

26.3 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de apoio por meio do Portal de Compras Públicas.

26.4 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

26.5 O Consórcio não aceitará, sob nenhuma forma ou pretexto, a transferência de responsabilidade do licitante vencedor a terceiros;

26.6 O Consórcio se reserva o direito de revogar a presente licitação, no todo ou em parte, fundamentado o ato respectivo por razões de interesse público, não cabendo, por isso, indenização de qualquer espécie aos interessados ou de anular o procedimento por razões de ilegalidade.

26.7 No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) Adiada sua abertura;
- b) Alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

27 FAZEM PARTE DESTE EDITAL

Anexo I — Termo de Referência — Objeto;

Anexo II — Formulário com os dados das empresas;

Anexo III — Declaração, sob as penas da lei, de que o/a Proponente cumpre o disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

Anexo IV — Declaração de observância ao art. 4º § 2º Lei 14.133/21.

Camaquã, 30 de janeiro de 2025

ABNER DOS SANTOS DILLMANN

Presidente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17

PROCESSO Nº 44/2024

LICITAÇÃO NO SISTEMA Nº 28/2024

REGISTRO DE PREÇO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de disputa: aberto e fechado

1 INTRODUÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 O procedimento licitatório obedecerá integralmente à Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, aplicando-se, no que couber as disposições da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

2 DO OBJETO

2.1 Constitui objeto da presente Licitação o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE**, para atender as necessidades dos Municípios consorciado ao Consórcio Intermunicipal Centro-Sul durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, qual seja 12 (doze) meses, cujas descrições, especificações e estimativa de itens são as constantes nesse Termo de Referência.

3 DA JUSTIFICATIVA

3.1 A realização desse processo licitatório na modalidade Registro de Preço, justifica-se pela necessidade de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA**, por parte dos municípios integrantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CENTRO-SUL — CI CENTRO-SUL, a saber: **Amaral Ferrador, Arambaré, Barra do Ribeiro, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Chuvisca, Consórcio.cs, Cristal, Dom Feliciano, Guaíba, São Lourenço do Sul, Sentinela do Sul e Tapes.**

3.2 O rol de municípios apresentado na cláusula 3.1 representa a solicitação inicial para a participação no certame, não sendo um rol taxativo, haja vista que, na vigência do processo licitatório, caso surja a necessidade, outros municípios consorciados poderão ser inseridos à ata de registro de preços. A inserção em nenhuma hipótese poderá resultar em alteração no valor total da licitação.

4. DO VALOR DE REFERÊNCIA

4.1 Os valores e as características dos **itens** descritos foram estimados com base nos valores obtidos nas homologações de processos licitatórios entre outros meios recepcionados pela 14.133/2021.

5. DA QUANTIDADE

5.1 A quantidade de consumo, prevista para o exercício de 2025/2026 (01 ano), foi estimada nos relatórios enviados pelos municípios consorciados.

6. DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

6.1 As características dos itens foram baseadas em outros processos de licitatórios.

ITEM	CÓDIGO SICOMM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	MÉDIA
1	801	ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. PRINCÍPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SÓDIO. TEOR DE CLORO ATIVO: 2% A 2,5% P.P. FRASCO COM TAMPA TIPO ROSCA. EMBALAGEM DE 2 LITROS.	33250	EMBALAGEM	R\$ 4,59
2	804	ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. PRINCÍPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SÓDIO. TEOR DE CLORO ATIVO: 2% A 2,5% P.P. FRASCO COM TAMPA TIPO ROSCA. EMBALAGEM DE 5 LITROS.	23560	GALÃO	R\$ 15,73
3	1406	ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES, TIPO:ETÍLICO HIDRATADO, APLICAÇÃO:LIMPEZA, CONCENTRAÇÃO:92,8°IN, FRASCO DE 1 LITRO.	12260	FRASCO	R\$ 5,83
4	803	ÁLCOOL GEL PARA ASSEPSIA DAS MÃOS, COM ÁLCOOL ETÍLICO À 70%, COM VITAMINA E. RÁPIDA SECAGEM. PRODUTO REGISTRADO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). FRASCO PLÁSTICO DE 500 MILILITROS.	15217	FRASCO	R\$ 4,79
5	802	ÁLCOOL GEL PARA ASSEPSIA. GEL HIGIENIZADOR COM ÁLCOOL ETÍLICO À 70%, RÁPIDA SECAGEM. PRODUTO REGISTRADO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). FRASCO PLÁSTICO DE 500 MILILITROS.	7720	FRASCO	R\$ 5,05
6	798	AMACIANTE DE ROUPAS, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO CATIONICO, ESPESSANTE, SEQUESTRANTE, AGENTE CONTROLADOR DE PH, CONSERVANTES, CORANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. COMPONENTE ATIVO: CLORO DE CETIL TRIMETIL AMÔNIO. PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. FRASCO COM TAMPA TIPO ROSCA. FRAGRÂNCIAS A COMBINAR. EMBALAGEM DE 5 LITROS.	6386	GALÃO	R\$ 12,04
7	805	AMACIANTE DE ROUPAS, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO CATIONICO, ESPESSANTE, SEQUESTRANTE, AGENTE CONTROLADOR DE PH, CONSERVANTES, CORANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. COMPONENTE ATIVO: CLORO DE CETIL TRIMETIL AMÔNIO. PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. FRASCO COM TAMPA TIPO ROSCA. FRAGRÂNCIAS A COMBINAR. FRASCO DE 2 LITROS.	9942	FRASCO	R\$ 7,16

8	806	BALDE COM ESCORREDOR, IDEAL PARA USO COM MOP COM RÉGUA DE LITRAGEM. CAPACIDADE MÍNIMA DE 14 LITROS.	4200	UNIDADE	R\$ 45,72
9	808	BALDE PLÁSTICO, FABRICADO EM POLIPROPILENO, PRODUTO RESISTENTE, NÃO TÓXICO. MATERIAL NÃO RECICLADO, ENCAIXE DE ALÇA REFORÇADOS, ALÇA EM AÇO. CAPACIDADE APROXIMADA DE 10 LITROS.	2639	UNIDADE	R\$ 12,38
10	807	BALDE PLÁSTICO, FABRICADO EM POLIPROPILENO, PRODUTO RESISTENTE, NÃO TÓXICO. MATERIAL NÃO RECICLADO, ENCAIXE DE ALÇA REFORÇADOS, ALÇA EM AÇO. CAPACIDADE APROXIMADA DE 20 LITROS.	3150	UNIDADE	R\$ 15,29
11	809	CERA LÍQUIDA INCOLOR, EMBALAGEM RECICLÁVEL. FRASCO DE 750 MILILITROS.	3555	FRASCO	R\$ 6,23
12	810	CERA LÍQUIDA INCOLOR. CERA DE CARNAÚBA, PARAFINA, EMULSIFICANTE, CONSERVANTE, CORANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. EMBALAGEM RECICLÁVEL. GALÃO DE 5 LITROS.	8748	GALÃO	R\$ 35,38
13	813	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 200 MILILITROS. PACOTE COM 100 UNIDADES.	24930	PACOTE	R\$ 6,10
14	812	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 300 MILILITROS. PACOTE COM 100 UNIDADES.	13590	PACOTE	R\$ 8,23
15	815	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 50 MILILITROS. PACOTE COM 100 UNIDADES.	7970	PACOTE	R\$ 2,90
16	814	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 80 MILILITROS. PACOTE COM 100 UNIDADES.	12240	PACOTE	R\$ 5,39
17	817	CREME DENTAL INFANTIL, SEM FLÚOR, 50 GRAMAS.	19700	UNIDADE	R\$ 7,62
18	816	CREME DENTAL, 90 GRAMAS.	24900	UNIDADE	R\$ 4,89
19	818	DESENGORDURANTE LIMPEZA PESADA, PARA COZINHA E LIMPEZA DE USO GERAL. COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, COADJUVANTE, SOLVENTES, SEQUESTRANTE, ALCALINIZANTE, CONSERVANTE, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO. PRODUTO NOTIFICADO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). VÁLIDO POR 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM SQUEEZE DE 500 MILILITROS.	11590	EMBALAGEM	R\$ 5,21
20	819	DESINFETANTE, PRINCÍPIO ATIVO, TENSOATIVO NÃO-IÔNICO, ESSÊNCIA, CORANTE, CONSERVANTE E VEÍCULO. PRINCÍPIO ATIVO: CLORO DE BENZALCÔNIO, CLORO DE DIDECL, DIMETIL AMÔNICO 0,104% P/P (DIVERSOS: EUCALIPTO, PINHO, FLORES DO CAMPO, FRESCO ETC, CONFORME SOLICITAÇÃO DO MUNICÍPIO). FRASCO DE 2 LITROS.	43350	UNIDADE	R\$ 6,14

21	820	DESODORIZADOR E AROMATIZADOR DE AMBIENTES SPRAY, DIVERSAS FRAGRÂNCIAS, BIODEGRADÁVEL, EMBALAGEM EM LATA. NÃO CONTER CLOROFLUOROCARBONO. APRESENTAR COMPROVAÇÃO DO REGISTRO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA. APRESENTAR NO RÓTULO: COMPOSIÇÃO, CÓDIGO DE BARRAS, RESPONSÁVEL QUÍMICO, MODO DE UTILIZAÇÃO E PRECAUÇÕES E IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA. FRASCO DE 360 MILILITROS.	12156	UNIDADE	R\$ 12,76
22	821	DETERGENTE NEUTRO PARA LOUÇA COM GLICERINA, FRAGRÂNCIA NEUTRA. COMPOSIÇÃO: COMPONENTE ATIVO, GLICERINA, COADJUVANTES, CONSERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTES, CORANTES E VEÍCULO. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO. TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL. TESTADO DERMATOLOGICAMENTE. PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). COM TAMPA PUSH PULL. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM DE 500 MILILITROS.	35674	UNIDADE	R\$ 2,45
23	799	DETERGENTE PARA LOUÇA FRAGRÂNCIAS VARIADAS COM GLICERINA, FRAGRÂNCIAS VARIADAS. COMPOSIÇÃO: COMPONENTE ATIVO, GLICERINA, COADJUVANTES, CONSERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTES, CORANTES E VEÍCULO. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO. TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL. TESTADO DERMATOLOGICAMENTE. PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA. COM TAMPA PUSH PULL. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM DE 2 LITROS.	10480	UNIDADE	R\$ 2,02
24	822	DETERGENTE PARA LOUÇA FRAGRÂNCIAS VARIADAS COM GLICERINA, FRAGRÂNCIAS VARIADAS. COMPOSIÇÃO: COMPONENTE ATIVO, GLICERINA, COADJUVANTES, CONSERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTES, CORANTES E VEÍCULO. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO. TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL. TESTADO DERMATOLOGICAMENTE. PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA. COM TAMPA PUSH PULL. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM DE 500 MILILITROS.	24930	UNIDADE	R\$ 2,17
25	800	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO, EM PLÁSTICO REFORÇADO ABS, COR BRANCA, COM VISOR CENTRAL TRANSPARENTE, PARA USO EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS, COM CHAVE PLÁSTICA E KIT CONTENDO BUCHAS E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO NA PAREDE. POSSUI DOSADOR POR CLICK, QUE EVITA O DESPERDÍCIO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 800 MILILITROS.	1730	UNIDADE	R\$ 29,08
26	823	ESCOVA OVALADA COM CERDAS FIRMES PARA LIMPEZA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS: 11,6 X 6,6 X 4,1 CENTÍMETROS.	2639	UNIDADE	R\$ 4,04

27	824	ESCOVA PARA SANITÁRIO. COM CERDAS EM FORMATO CIRCULAR E SUPORTE SISTEMA "ABRE E FECHA" PARA ARMAZENAGEM DA ESCOVA. CABO EM POLIPROPILENO E CERRAS SINTÉTICAS. COR: BRANCA. DIMENSÕES APROXIMADAS: 38 X 14 X 14 CENTÍMETROS.	4347	UNIDADE	R\$ 7,51
28	825	ESFREGÃO DE AÇO, PACOTE COM DUAS UNIDADES.	14245	UNIDADE	R\$ 3,02
29	826	ESPONJA LÃ DE AÇO, COMPOSIÇÃO: AÇO CARBONO. COM FIOS MICROONDULADOS. PACOTE COM 60 GRAMAS COM 8 UNIDADES.	6610	PACOTE	R\$ 2,04
30	827	ESPONJA PARA LOUÇA DUPLA-FACE. ESPOJA DUPLA FACE VERDE-AMARELA, COM UMA FACE EM ESPUMA DE POLIURETANO COM BACTERICIDA E OUTRA EM FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO. MEDIDAS MÍNIMAS: 100 X 71 X 21 MILÍMETROS.	42192	UNIDADE	R\$ 1,53
31	829	FLANELA PARA LIMPEZA. COMPOSIÇÃO: 90% NO MÍNIMO DE ALGODÃO. COR BRANCA, LARANJA CONFORME SOLICITADO NA ORDEM DE COMPRA DO MUNICÍPIO. EMBAINHADA EM OVERLOCK. TAMANHO MÍNIMO 28X38 CENTÍMETROS.	9111	UNIDADE	R\$ 3,24
32	831	FÓSFORO PACOTES COM 10 CAIXAS COM 40 PALITOS.	2780	PACOTE	R\$ 3,94
33	854	GUARDANAPO DE PAPEL: MACIO, FOLHA DUPLA, NA COR BRANCO (EXTREMA BRANCURA/BRANQUIDÃO), BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, SEM FUROS, MATERIAIS ESTRANHOS OU SUJIDADES, 30X30CENTÍMETROS, DEVE TRAZER EXPLÍCITO NA EMBALAGEM, COM CARACTERES VISÍVEIS E DE FORMA INDELÉVEL, A MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E RESPECTIVA CAPACIDADE. EMBALADOS EM PACOTA COM 50 UNIDADES.	43147	PACOTE	R\$ 2,02
34	833	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, COM 5 LITROS.	10325	GALÃO	R\$ 18,87
35	834	INSETICIDA MÚLTIPLO SPRAY. PARA MATAR MOSQUITO DA DENGUE, FORMIGAS, ARANHAS, BARATAS, MOSQUITOS, PERNILONGOS. COMPOSIÇÃO: PRALETRINA 0,06% P/P, IMIPROTRINA 0,05% P/P, CIFENOTRINA 0,13% P/P, SOLVENTE, PROPELENTE. CONTEÚDO MÍNIMO 300 MILILITRO.	5652	FRASCO	R\$ 10,15
36	878	ISQUEIRO GRANDE POSSUIR SELO HOLOGRÁFICO DO INMETRO QUE GARANTE ORIGINALIDADE, QUALIDADE E SEGURANÇA, FABRICADOS PARA CUMPRIR OS MAIS RIGOROSOS PADRÕES DE SEGURANÇA E DURABILIDADE.	3185	UNIDADE	R\$ 3,62
37	811	LENÇOS UMEDECIDOS COM EXTRATO DE ALOE VERA E LANOLINA, SEM A - LENÇOS UMEDECIDOS COM EXTRATO DE ALOE VERA E LANOLINA, SEM ALCOOL ETILICO, EM EMBALAGEM ECONOMICA, REFIL PARA BALDE COM 400 UNIDADES	6310	BALDE	R\$ 11,96

38	835	LIMPA FORNO. COMPOSIÇÃO: HIDRÓXIDO DE SÓDIO, ESPESSANTE E VEÍCULO. PARA DISSOLVER GORDURAS INCRUSTADAS EM FORNOS, CHAPAS E GRELHAS DE FERRO. COM APLICADOR. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 230 GRAMAS.	5675	FRASCO	R\$ 15,55
39	836	LIMPA VIDROS, EMBALAGEM SQUEEZE. COM SUAVE PERFUME. COM TECNOLOGIA ANTIPO, ANTICHUVA E ANTIPOLUIÇÃO. COMPOSIÇÃO: LAUREL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, SOLVENTES, SEQUESTRANTE, CONSERVANTES, COADJUVANTES, CORANTE, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA. FRASCO DE 500 MILILITROS.	7447	FRASCO	R\$ 5,82
40	837	LIXEIRA COM PEDAL E COM TAMPA. MATÉRIA PRIMA: POLIPROPILENO. COR BRANCO GELO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 31 X 29 X 35 CENTÍMETROS. CAPACIDADE APROXIMADA: 15 LITROS.	3054	UNIDADE	R\$ 29,70
41	828	LIXEIRA PLÁSTICA, COM TAMPA BASCULANTE E PEDAL, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO OU POLIETILENO RESISTENTE, CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LITROS.	1766	UNIDADE	R\$ 26,86
42	840	LIXEIRA PLÁSTICA, COM TAMPA BASCULANTE E PEDAL, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO OU POLIETILENO RESISTENTE, CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 LITROS.	1793	UNIDADE	R\$ 130,29
43	838	LIXEIRA PLÁSTICA, COM TAMPA BASCULANTE E PEDAL, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO OU POLIETILENO RESISTENTE, CAPACIDADE CERCA DE 5 A 8 LITROS.	1710	UNIDADE	R\$ 14,10
44	839	LIXEIRA PLÁSTICA, COM TAMPA BASCULANTE E PEDAL, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO OU POLIETILENO RESISTENTE, CAPACIDADE MÍNIMA DE 100 LITROS.	2206	UNIDADE	R\$ 189,66
45	841	LUSTRA MÓVEIS COMPOSIÇÃO: CERA, ÓLEO MINERAL, SOLVENTE, SILICONE, EMULSIFICANTES, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. FRAGRÂNCIA JASMIM OU LAVANDA, FRASCO DE 200 MILILÍTROS.	5481	FRASCO	R\$ 3,81
46	842	LUVA BORRACHA USO DOMÉSTICO GRANDE LÁTEX NATURAL, ACABAMENTO INTERNO TALCADO, PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS ANTI DERRAPANTE.	19100	PAR	R\$ 5,00
47	843	LUVA BORRACHA USO DOMÉSTICO MÉDIA LÁTEX NATURAL, ACABAMENTO INTERNO TALCADO, PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS ANTI DERRAPANTE.	20537	PAR	R\$ 4,39
48	844	LUVA BORRACHA USO DOMÉSTICO PEQUENA LÁTEX NATURAL, ACABAMENTO INTERNO TALCADO, PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS ANTI DERRAPANTE.	18908	PAR	R\$ 4,07

49	872	MANGUEIRA DE JARDIM EM MATERIAL RESISTENTE, CONFECCIONADA EM PVC E POLIÉSTER TRANÇADO, PRESSÃO DE ÁGUA ATÉ 10 BAR, ACOMPANHADA DE 1 JOGO DE ENGATES, ROSQUEADORES, COM BICO REGULADOR E 1 ESGUICHO, COM MEDIDA DE 60 METROS.	1357	UNIDADE	R\$ 208,67
50	845	MOP PÓ COMPLETO (ARMAÇÃO, CABO E CABELEIRA) CABELHEIRA EM ALGODÃO NATURAL MEDIDA APROXIMADA DA CABELEIRA 80X15 CENTÍMETROS.	2842	CONJUNTO	R\$ 66,94
51	830	NAFTALINA, PACOTE COM 50 GRAMAS.	3135	PACOTE	R\$ 2,60
52	846	ÓLEO DE PEROBA, FRASCO DE 100 MILILITROS.	2815	FRASCO	R\$ 12,36
53	848	PÁ PARA LIXO EM CHAPA DE AÇO, COM CABO LONGO, REVESTIDO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 19 X 21 X 5,1 CENTÍMETROS.	1695	UNIDADE	R\$ 14,86
54	847	PÁ PLÁSTICA PARA LIXO MATERIAL RESISTENTE E PLÁSTICO NÃO RECICLADO, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 20X17 CENTÍMETROS.	1883	UNIDADE	R\$ 11,49
55	850	PANO DE LIMPEZA MULTIUSO PICOTADO, SUPER ABSORVENTE. COM PICOTE. ANTIBACTÉRIAS. COMPOSIÇÃO: 100% VISCOSE E AGENTE BACTERICIDA. ROLO COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES. MEDIDAS APROXIMADAS 22X30 CENTÍMETROS.	19307	ROLO	R\$ 6,76
56	849	PANO DE PRATO ATOALHADO 100% ALGODÃO, COM TOQUE MÁCIO, ACABAMENTO EM COSTURA OVERLOCK OU EMBAINHADO: SEM ESTAMPAS, COR BRANCA, MEDIDAS APROXIMADAS 40X66 CENTÍMETROS.	20298	UNIDADE	R\$ 4,62
57	853	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, FOLHA DUPLA, 100% CELULOSE VIRGEM, PICOTADO, NÃO RECICLADO, EXTRA MACIO E RESISTENTE, PACOTE COM 16 ROLOS DE 30 METROS CADA.	26820	PACOTE	R\$ 51,32
58	851	PAPEL HIGIÊNICO, BRANCO ESPECIAL, NEUTRO, FOLHA SIMPLES, 100% FIBRAS CELULÓSICAS VÍRGEM, MACIO E RESISTENTE, PICOTADO, NÃO RECICLADO. 25 A 28G/M² GOFRADO. SOMENTE SERÁ ACEITA A COR BRANCA ALCALINA. ENTREGA EM FARDOS DE PLÁSTICO TRANSPARENTE E RESISTENTE, COM 8 ROLOS DE 300 METROS CADA.	26891	FARDO	R\$ 64,37
59	832	PAPEL TOALHA, PACOTE COM 02 ROLOS COM CERCA DE 12M CADA (60 FOLHAS CADA ROLO).	8753	PACOTE	R\$ 6,34
60	855	PEDRA SANITÁRIA. CONTER 1 HASTE PLÁSTICA MAIS 1 PEDRA. COMPOSIÇÃO: AGLUTINANTE, ISOTIAZOLINONAS, CORANTE E ESSÊNCIA. FRAGRÂNCIAS: JASMIM, FLORAL, LAVANDA E EUCALIPTO. PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA.	13820	UNIDADE	R\$ 1,74
61	870	PRENDEDOR DE ROUPAS EM MADEIRA, PRODUTO COM ACABAMENTO LISSO. FORMATO RETANGULAR, COM MOLA EM ARAME REFORÇADO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 8 CM. PACOTE COM 12 UNIDADES.	19276	PACOTE	R\$ 4,77

62	856	REFIL DE MOP ÚMIDO. DIMENSÕES MÍNIMAS: 30 CENTÍMETROS X 7,7 CENTÍMETROS X 5,8 CENTÍMETROS. 100% ALGODÃO. SUPORTE PLÁSTICO COM ROSCA UNIVERSAL.	8591	UNIDADE	R\$ 19,29
63	857	REFIL PARA MOP PÓ, ALGODÃO NATURAL 80 CENTÍMETROS. MEDIDAS 85X15 CENTÍMETROS, 100% ALGODÃO.	2405	UNIDADE	R\$ 26,02
64	858	RODO PVC PARA LIMPEZA COM CABO. COM BASE DE NO MÍNIMO 39 CENTÍMETROS, IDEAL PARA A SECAGEM DE SUPERFÍCIES LISAS. DEVE VIR COM BORRACHA DE EVA RESISTENTE, NA COR PRETA, E GARRAS PARA FIXAÇÃO DE PANOS. CABO LONGO PLASTIFICADO E FIXADO FIRMEMENTE.	1758	UNIDADE	R\$ 13,72
65	859	SABÃO AZUL. COM BRANQUEADOR. COMPOSIÇÃO: SEBO BOVINO, ÓLEO DE BABAÇU, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, GLICERINA, CARGA, BRANQUEADOR ÓPTICO CONSERVANTE, SEQUESTRANTES, CORANTES, FRAGRÂNCIA E VEÍCULOS. PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA. PESO LÍQUIDO 1 KILOGRAMA, PACOTE COM 5 UNIDADES DE 200 GRAMAS.	4759	PACOTE	R\$ 10,13
66	860	SABÃO EM BARRA 400 GRAMAS, À BASE DE ÁCIDOS GRAXOS DE GORDURA ANIMAL, NEUTRALIZANTE, COADJUVANTE, CORANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA.	7545	BARRA	R\$ 5,42
67	861	SABÃO EM PÓ, LAVA ROUPA, CONTER TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO, TAMPONANTES, COADJUVANTES, SINERGISTA, BRANQUEADOR ÓPTICO, CORANTES, FRAGRÂNCIA, CARGA E ÁGUA. CONTÉM ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO. PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA. VÁLIDO POR 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM EM SACO DE 1 KILOGRAMA.	14739	SACO	R\$ 11,78
68	862	SABONETE HIDRATANTE COM ESSÊNCIAS VARIADAS 90 GRAMAS.	8886	UNIDADE	R\$ 5,45
69	863	SABONETE LÍQUIDO PARA MÃOS GLICERINADO, PH NEUTRO. FRAGRÂNCIAS FLORAL, PÊSSEGO, ERVA DOCE. COM TAMPA VÁLVULA TIPO PUMP. FRASCO DE 1 LITRO.	6779	FRASCO	R\$ 11,59
70	864	SABONETE LÍQUIDO PARA MÃOS NEUTRO. SABONETE LÍQUIDO GLICERINADO. PH NEUTRO. FRAGRÂNCIA NEUTRA. COM TAMPA VÁLVULA TIPO PUMP. FRASCO DE 500 MILILITROS.	7830	FRASCO	R\$ 7,53
71	865	SABONETE LÍQUIDO PEROLADO ERVA-DOCE. A EMBALAGEM DEVERÁ SER RESISTENTE SUPORTANDO QUEDA DE NO MÍNIMO 50 CENTÍMETROS E A TAMPA APRESENTAR LACRE, SEM VAZAMENTOS. PRODUTO BIODEGRADÁVEL. APRESENTAR COMPROVAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA, VÁLIDO POR 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. GALÃO DE 5 LITROS.	9380	GALÃO	R\$ 16,65

72	866	SACO BRANCO DE ALGODÃO PARA LIMPEZA. SACO ALVEJADO PARA LIMPEZA. MEDIDA APROXIMADA DE 50 CENTÍMETROS X 80 CENTÍMETROS. CONTENDO NO MÍNIMO 98% ALGODÃO. COSTURADO EM OVERLOCK, SEM REBARBAS.	23507	UNIDADE	R\$ 6,71
73	867	SACO DE LIXO 100 LITROS BRANCO RESÍDUOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE 0,12 MICRAS, DE PLÁSTICO PARA COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COR BRANCO LEITOSO, CONFECCIONADO COM RESINAS TERMOPLÁSTICAS, VIRGENS OU RECICLADAS, NÃO TRANSPARENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NBR 9191, COM DIMENSÕES PLANAS DE 75 CENTÍMETROS DE LARGURA E 105 CENTÍMETROS DE ALTURA E VOLUME DE 100 LITROS, CONFORME NBR 9190. COM SOLDA CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME, PROPORCIONANDO UMA PERFEITA VEDAÇÃO E NÃO PERMITINDO A PERDA DE CONTEÚDO DURANTE O MANUSEIO, SEM FECHO, DE FÁCIL SEPARAÇÃO E ABERTURA DAS UNIDADES SEM PROVOCAR DANOS AO SACO, CONSTANDO EM CADA SACO A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E O SÍMBOLO DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE, CONFORME NBR 7500. O SÍMBOLO DEVE SER POSICIONADO A 1/3 DA ALTURA DEBAIXO PARA CIMA, OCUPANDO UMA ÁREA MÍNIMA EQUIVALENTE A 5% DAQUELA FACE DO SACO (NBR 9191). ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NBR 9195 (TESTE DE RESISTÊNCIA À QUEDA LIVRE), ASTM 1709 (TESTE DE RESISTÊNCIA AO IMPACTO), NBR 13056 (VERIFICAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA), NBR 13055 (DETERMINAÇÃO DA CAPACIDADE VOLUMÉTRICA), NBR 9191 (VERIFICAÇÃO DE ESTANQUEIDADE), DENSIDADE: 0,12 MILÍMETROS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 100 UNIDADES CADA PACOTE.	30535	PACOTE	R\$ 60,73
74	868	SACO DE LIXO 100 LITROS, PARA LIXO BIODEGRADÁVEL, EM POLIETILENO, SEM ODOR, COM 0,09 MICRAS, CAPACIDADE DE 100 LITROS CADA SACO, PACOTE COM 100 UNIDADES.	35172	PACOTE	R\$ 36,16
75	869	SACO DE LIXO 15 LITROS PARA LIXO BIODEGRADÁVEL, EM POLIETILENO, SEM ODOR, COM 0,05 MICRAS, CAPACIDADE DE 15 LITROS CADA SACO, PACOTE COM 100 UNIDADES.	15820	PACOTE	R\$ 10,94
76	871	SACO DE LIXO PARA LIXO BIODEGRADÁVEL, EM POLIETILENO, SEM ODOR, COM 0,05 MICRAS, CAPACIDADE DE 30 LITROS CADA SACO, COR PRETA, PACOTE COM 100 UNIDADES.	9847	PACOTE	R\$ 14,07
77	874	SACO DE LIXO PARA LIXO BIODEGRADÁVEL, EM POLIETILENO, SEM ODOR, COM 0,09 MICRAS, CAPACIDADE DE 50 LITROS CADA SACO, PACOTE COM 100 UNIDADES.	26560	PACOTE	R\$ 24,34

78	875	SAPONÁCEO EM PÓ, COM DETERGENTE. COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIBENZENO, SULFONATO DE SÓDIO, ALCALINIZANTE, CARGA, CORANTE E FRAGRÂNCIA. CONTER TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL. FRAGRÂNCIAS: LIMÃO, PINHO, LARANJA. VÁLIDO POR 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. FRASCO DE 300 GRAMAS.	7135	FRASCO	R\$ 3,77
79	877	SAPONÁCEO LÍQUIDO CREMOSO, PARA LIMPAR E DAR BRILHO SEM RISCAR. COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, COADJUVANTES, ESPESSANTE, ALCALINIZANTES, ABRASIVO, CONSERVANTE, PIGMENTOS, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO. VÁLIDO POR 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. FRAGRÂNCIA: NEUTRA. FRASCO DE 300 MILILITROS.	6465	FRASCO	R\$ 4,84
80	876	SODA CÁUSTICA EM ESCAMAS, CONCENTRAÇÃO DE 99% (NAOH), CONSTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VALIDADE, EMBALAGEM DE 1KG.	4928	UNIDADE	R\$ 19,64
81	852	SUORTE PAPEL TOALHA FOLHA INTERCALADA. EM PLÁSTICO ABS, DE ALTA RESISTÊNCIA. COR BRANCO. PARA USO DE PAPEL TOALHA INTERFOLHA 3 DOBRAS, MEDIDAS APROXIMADAS 23X27 CENTÍMETROS E PAPEL TOALHA INTERFOLHA 2 DOBRAS, MEDIDAS APROXIMADAS 23X23 CENTÍMETROS. PARA NO MÍNIMO 1.000 FOLHAS. DEVE VIR COM PARAFUSOS E BUCHAS PARA INSTALAÇÃO E TODOS OS OBJETOS NECESSÁRIOS PARA FIXAÇÃO.	1948	UNIDADE	R\$ 40,33
82	880	TOALHA DE BANHO, LISA, COLORIDA, FELPUDA, ALTA ABSORÇÃO, DE 1ª QUALIDADE, MACIA, 100% ALGODÃO, 70 CENTÍMETROS X 140 CENTÍMETROS, 450 GRAMAS.	4105	UNIDADE	R\$ 18,89
83	879	TOALHA DE ROSTO, LISA, COLORIDAS. (TECIDO TIPO FELPUDA), MEDIDAS MÍNIMAS 40 CENTÍMETROS (LARGURA) X 65 CENTÍMETROS (COMPRIMENTO).	5135	UNIDADE	R\$ 12,53
84	881	TRINCHA, BROXA RETANGULAR MEDINDO APROXIMADAMENTE 18X7,5 CENTÍMETROS. COMPRIMENTO APROXIMADO DAS CEDRAS: 6,5 CENTÍMETROS. FIO SINTÉTICO COM CABO E SUORTE DE FIBRA DE POLIPROPILENO.	4712	UNIDADE	R\$ 10,57
85	882	VASSOURA DE NYLON, MULTIUSO COM CABO DE METAL REVESTIDO, CERDAS MÉDIAS PLUMADA E DIMENSÕES APROXIMADAS: 4X25X11 CENTÍMETROS.	21318	UNIDADE	R\$ 10,23
86	883	VASSOURA DE PALHA COM CABO EM MADEIRA, LIXADO E PERFEITAMENTE RETO, ALTURA MÍNIMA DAS CERDAS 60 CENTÍMETROS E COMPRIMENTO MÍNIMO DO CABO 1 METRO.	2632	UNIDADE	R\$ 20,13

7 DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

7.1 Para a aquisição do objeto definido neste edital, será empregada a modalidade de licitação denominada **PREGÃO ELETRÔNICO** para registro de preço com vigência de 12 (doze) meses.

8 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 Será vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO** por Item do objeto a ser licitado.

9 DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento do objeto do Contrato pelo Contratante será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, contados da formalização do recebimento definitivo dos produtos pelo Município Contratante, efetuada a necessária e prévia liquidação da despesa. Sua implementação se fará mediante Crédito em Conta Corrente Bancária, indicada pelo fornecedor.

9.2 No caso de entrega fracionada o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a conclusão da entrega total dos itens constantes na Ordem de Compra.

9.3 A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

9.4 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

9.5 O CNPJ da Contratada constante da Nota Fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

9.6 Não será efetuado qualquer pagamento ao fornecedor/Contratado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira decorrente de penalidade administrativa ou inadimplemento contratual.

9.7 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será susgado, até que o Contratado adote as medidas saneadoras necessárias, sendo automaticamente alteradas as datas dos vencimentos, sem qualquer ônus para o Município Contratante.

10 DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

10.1 Entregar o objeto licitado, conforme especificações deste Edital e Anexos, em consonância com o resultado do registro de preços;

10.2 Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.3 Providenciar a imediata correção dos defeitos ou irregularidades apuradas pelos Municípios contratantes e pelo Consórcio Intermunicipal Centro-Sul;

10.4 Arcar com eventuais prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros por ocasião da entrega dos produtos, objeto do registro de preços;

10.5 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos e supressões até o limite legal;

10.6 Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão exclusivamente por sua conta.

11 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 A Contratada responderá, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à administração e/ou terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, e deve comunicar imediatamente, por escrito, à CONTRATANTE, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional.

11.2 Em caso de não conformidade a CONTRATADA será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para as providências do artigo Art. 119 da lei nº 14.133/2021, no que couber.

11.3 Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata, as penalidades previstas no edital e na lei 14.133/2021 dos quais destacam se, *in verbis*:

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável. 9.2 – Para fins de percentuais constituído neste instrumento contratual que dispõem o inciso II do artigo 87 da lei

12 DO CONTRATO

12.1 Será dispensada a celebração de termo Específico de Contrato entre as partes, passando a substituí-lo os seguintes instrumentos:

- a) O Edital com seus anexos;
- b) A Proposta Escrita e os lances verbais, se houver, registrados em ata;
- c) A Ata de Registro de Preço gerada pelo Portal de Compras públicas;
- d) A Nota de Empenho;
- e) Ordem de Compra.

13 DA ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO (FORMA, CONDIÇÕES, PRAZO E LOCAL)

13.1 A empresa, ao participar do pregão eletrônico na modalidade de Ata de Registro de Preços, NÃO PODERÁ ESTABELECEER QUANTIDADE MÍNIMA DE ITENS para a efetivação da entrega ao Município.

- 13.2** A empresa deverá atender às solicitações de entrega que venham a ser formuladas pelo Município durante a vigência da Ata, sendo estas, inclusive, oriundas de outros Municípios que venham a ser inseridos na Ata de Registro de Preços durante a vigência da ata.
- 13.3** A efetivação das compras dos itens constantes do Registro de Preços, junto às empresas fornecedoras, será feita de acordo com as necessidades dos Municípios consorciados integrantes do Pregão, observado o período de validade do Registro.
- 13.4** As empresas somente deverão aceitar os pedidos empenhados, os quais forem emitidos através do sistema do Consórcio Intermunicipal Centro-Sul, os produtos adquiridos pelos Municípios deverão ser entregues em local, dias e horários estabelecidos na Ordem de Compra, considerado inicialmente que deverá ser feito no perímetro urbano da cidade podendo somente a contratante modificar o local aqui estabelecido.
- 13.5** A entrega deverá acontecer nos horários de funcionamento conforme definido pelo município de entrega devendo a empresa comunicar-se previamente com o fiscal do contrato, para que este acompanhe a entrega, a empresa ficará responsável de fornecer todos os maquinários e mão de obra necessárias para o descarregamento do material, inclusive para reposição de mercadoria faltante no caso de possíveis faltas, avarias, extravios ou irregularidades durante o transporte/entrega.
- 13.6** A empresa que efetuar a entrega terá o encargo de aguardar a verificação da integridade dos itens recebidos pelo município, todavia a verificação inicial e provisória não isenta ulterior identificação de avarias.
- 13.7** O prazo de entrega dos produtos licitados será, no máximo, de quinze (15) dias corridos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que, devidamente justificado pela licitante vencedora, o prazo iniciará sua contagem a partir do recebimento, pelo licitante da Ordem de Compra expedida pelo Município Requisitante.
- 13.8** O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.
- 13.9** Somente serão aceitos os produtos que, por ocasião de sua entrega, apresentarem, no mínimo, 12 (doze) meses de prazo de validade ou caso haja previsão de validade descrita **no próprio item do termo de referência**, esta prevalecerá.
- 13.10** A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.
- 13.11** O recebimento do produto será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal e demais documentos, para pagamento, está condicionado ao atendimento das exigências contidas neste Edital e se fará no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.
- 13.12** Na hipótese de não cumprimento das exigências deste Edital, o fornecedor/contratado será notificado a retirar o produto do local de entrega, substituindo-o por outro que atenda integralmente as especificações constantes deste Instrumento, sem qualquer ônus para o Contratante.
- 13.13** Em caso de devolução de produtos, por descumprimento das especificações exigidas, o fornecedor/contratado deverá promover a sua substituição, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

Camaquã, 30 de janeiro de 2025

ABNER DOS SANTOS DILLMANN

Presidente

ANEXO II
DADOS DA EMPRESA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17

PROCESSO Nº 44/2024

LICITAÇÃO NO SISTEMA Nº 28/2024

REGISTRO DE PREÇO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de disputa: aberto e fechado

LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE _____

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA _____

LOGRADOURO _____

BAIRRO _____

NÚMERO _____ COMPLEMENTO _____

CIDADE _____ CEP _____ UF _____

CNPJ _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ISENÇÃO DE IR () SIM () NÃO;

TELEFONE _____ CELULAR _____

E-MAIL _____

E-MAIL(S) PARA O ENVIO DOS EMPENHOS _____

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA

NOME DO BANCO E CÓDIGO _____

AGÊNCIA _____ CONTA _____ DÍGITO VERIFICADOR _____

CHAVE PIX _____ TIPO DE CHAVE PIX _____

DADOS DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME COMPLETO: _____

CPF: _____ RG: _____ ÓRGÃO EMISSOR: _____

ENDEREÇO: _____ Nº _____

—
COMPLEMENTO: _____ BAIRRO: _____

CIDADE: _____ UF: _____ CEP: _____

FONE: _____ E-MAIL: _____

OBSERVAÇÕES _____

LOCAL

DATA

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII. CF/88.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17

PROCESSO Nº 44/2024

LICITAÇÃO NO SISTEMA Nº 28/2024

REGISTRO DE PREÇO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de disputa: aberto e fechado

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CENTRO-SUL/RS

Pelo presente instrumento, a empresa _____ CNPJ n.º _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, que declara, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

Declara também, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declara para todos os fins de direito, que a proposta apresentada pela nossa empresa cumpre com as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação à documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação, respondendo ainda o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

Declara, que em cumprimento do artigo 14 da Lei 14.133/21 que esta empresa não possui nenhum tipo de vínculo com pessoa legalmente investida em cargo público, bem como declara que não possui cônjuge ou companheiro, ou qualquer vínculo de parentesco colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil com servidor público da administração pública municipal.

Declara que a referida proposta atende a todos os requisitos exigidos neste regulamento e seus anexos, e os valores propostos contemplam todos os custos diretos e indiretos para o cumprimento deste objeto.

Declara que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declara que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

(ASSINATURA DO PROFISSIONAL/REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DE CNPJ)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17

PROCESSO Nº 44/2024

LICITAÇÃO NO SISTEMA Nº 28/2024

REGISTRO DE PREÇO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de disputa: aberto e fechado

A empresa _____,
inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada na
rua _____, número _____, bairro _____, cidade _____,
estado _____, através do responsável, Sr(a). _____

inscrito no CPF sob o n.º _____, DECLARA, sob as penas da lei e para fins de direito,
em cumprimento ao instrumento convocatório da licitação supracitada, que:

1 Se enquadra como:

() Microempresa (ME); ou

() Empresa de Pequeno Porte (EPP).

2 não está incursa em nenhuma das vedações do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que observa e atende aos parágrafos §1º, §2º e §3º do artigo 4º da Lei n.º 14.133/21.

3 não se enquadra na hipótese do § 10 do Artigo 3º da LC 123/06.

LOCAL

DATA

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA